



ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UTFPR

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e quinze, reuniu-se o Conselho Universitário, na sala de Reuniões da Reitoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, Bloco J₁, sita na Rua Desembargador Westphalen, número seiscentos e trinta e sete, Curitiba, às catorze horas, tendo como Presidente Carlos Eduardo Cantarelli, com a presença dos Conselheiros: Antônio Augusto de Paula Xavier, Antonio Carlos Mazzetti, Antônio Gonçalves de Oliveira, Augusto Tanamati, Carlos Alberto Mucelin, Carlos Henrique Mariano, Cesar Augusto Tacla, Cezar Augusto Romano, Devanil Antonio Francisco, Elsa Moreira, Fabiano Scriptori de Carvalho, Fabio Kurt Schneider, Fernando César Manosso, Gilberto Cruz Rautt Junior, Gilson Leandro Queluz, Gustavo Lacerda Dias, Heron Oliveira dos Santos Lima, Humberto Remigio Gamba, Jeferson Ferreira de Deus, José Airton Azevedo dos Santos, José Carlos Gabardo, Katya Cristina de Lima Picanço, Luiz Alberto Pilatti, Luiz Alberto Vieira Sarmiento, Marcio Roberto Ghizzo, Marcos Massaki Imamura, Mauricio Alves Mendes, Nanci Stancki da Luz, Neri Santos de Vargas, Paulo André de Camargo Beltrão, Paulo Cesar Paulino, Rafael Cardoso, Rogério Eduardo Cunha de Oliveira, Sandrone Fochesatto, Valter Oshiro Vilela, Vilson Luiz Dalle Mole, Vitor Hugo Zanolo Queiroga, Walter Luis Mikos e Wesley Trevisan Amâncio. O presidente iniciou a reunião, agradecendo a presença de todos. Em seguida, deu posse aos conselheiros: Carlos Alberto Mucelin, representante titular dos Docentes do Câmpus Santa Helena, Augusto Tanamati, representante suplente dos Docentes do Câmpus Campo Mourão e Fabiano Scriptori de Carvalho, representante suplente dos Docentes do Câmpus Curitiba. Em seguida, o presidente justificou a ausência dos conselheiros titulares: Admilson Teixeira Franco, Alfredo de Gouvea, Dalmarino Setti, Eden Januário Netto, Elaine Cristina Ferruzzi, Guilherme Luiz Frufrek, João Paulo Aires, Marcelo Guelbert, Marcos Junior Brambilla e Vanessa Ishikawa Rasoto; e dos conselheiros suplentes: Mercedes Panassol Demore e Sediane Carmen Lunardi Hernandez. Na sequência, o Presidente parabenizou os conselheiros aniversariantes dos meses de janeiro, fevereiro e março.

EXPEDIENTE: O presidente justificou a ausência da professora Cleonice Mendonça Pirolla, secretária do Conselho Universitário, por motivo de licença-saúde, estando nessa data Hélia Aparecida Eduardo Nerborski, secretária do Gabinete da Reitoria, como sua substituta. A ata da trigésima sexta reunião ordinária, de doze de dezembro de dois mil e catorze, foi aprovada por unanimidade.

COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA: O presidente agradeceu a toda comunidade, inclusive ao Conselho Universitário - COUNI, pela participação na segunda edição das Eleições dos Colegiados Deliberativos Especializados, com a escolha dos titulares e seus respectivos suplentes para os Conselhos de Graduação e Educação Profissional (COGEP); de Pesquisa e Pós-Graduação (COPPG); de Relações Empresariais e Comunitárias (COEMP); e de Planejamento e Administração (COPLAD), para o quadriênio 2015 – 2019. Lembrou que o evento ocorreu no dia vinte e quatro de março e que foi um processo envolvendo todos os treze Câmpus. Comunicou, em seguida, que o Reitor esteve em uma Missão Técnica em Instituições de Ensino Superior na França e na Espanha, viagem aprovada pelo COUNI em dezembro do ano anterior, para o período de 03 a 20 de março. Disse que a Comunidade Europeia demonstra um tratamento especial com relação ao Brasil, devido não somente ao Programa Ciências Sem Fronteiras, mas também à internacionalização promovida pelas universidades brasileiras. Detalhou que esteve com onze Universidades, sendo que, em praticamente todas, houve o estabelecimento de convênios ou a expansão nas áreas de dupla diplomação, como a realizada com o Instituto Politécnico de Bragança. Houve também o primeiro convênio de revalidação de diplomas, dando assim a atribuição ao engenheiro formado no Brasil de atuar profissionalmente em qualquer país, dentre os vinte e oito que compõem a Comunidade Europeia, e não somente Portugal. Comentou que o Instituto Politécnico de Bragança está em visita a nove Câmpus da Instituição e que a Universidade já possui o convênio de dupla diplomação e de revalidação, sendo um acordo realizado há dois anos com a Engenharia Química, contando com três estudantes de Ponta Grossa em Portugal; com a Engenharia de Alimentos, com três alunos de Campo Mourão e quatro de Medianeira, no mesmo país e com a Engenharia Ambiental, sendo alunos de Campo Mourão e

54 Medianeira também em Portugal. Na ampliação da proposta, o Instituto está estudando cursos
55 como Ciências da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia Eletrônica, Engenharia
56 Industrial Elétrica, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Agronomia, Engenharia Zootécnica e
57 Biotecnologia. Essa Instituição está envolvendo os Câmpus de Ponta Grossa, Cornélio Procópio,
58 Londrina, Campo Mourão, Medianeira, Pato Branco, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Santa
59 Helena. Disse, ainda, que a tendência é a ampliação desses convênios com mais Instituições,
60 como as da Espanha e da França. Almeja-se a troca de professores, numa colaboração de curto
61 prazo, como a vinda de docentes que possam dar um módulo de uma disciplina, por exemplo. O
62 presidente disse, ainda, que as Instituições têm sido atraídas pela Pesquisa e Pós-Graduação,
63 mostrando-se interessados na troca de pesquisadores, não somente em áreas comuns, mas
64 também na complementariedade, como as parcerias de formação. Seguindo suas comunicações,
65 o presidente disse que esteve em uma reunião em Brasília, lembrando a instabilidade política
66 vivida pelo país na atual conjuntura, sem a definição do Ministro da Educação e do Secretário do
67 Ensino Superior, levando assim a descontinuidade de um processo de longo prazo, referindo-se
68 aos planejamentos e pactos estabelecidos. Lembrou que o Orçamento será sancionado,
69 provavelmente, na próxima semana, pela Presidente da República. Nesse âmbito, prevê-se o
70 contingenciamento de algum percentual já debatido pela mídia nacional, segundo o presidente.
71 Após a divulgação desses dados, haverá uma nova reunião, já prometida, com os Reitores,
72 juntamente com as áreas da Educação e da Financeira / Planejamento, para construir um projeto
73 da Universidade para esse e os próximos anos. Mencionou que os Planos de Desenvolvimento
74 das Universidades (PDUs) e os Programas Estratégicos em Educação serão mantidos e
75 replanejados, sob a ótica de uma situação conjuntural, que não atrapalhará a direção da
76 Instituição, mas que levará a se traçar prioridades para o ano de 2015, até que se possa ter um
77 dimensionamento orçamentário, para se trabalhar no ano seguinte. Disse que haverá uma
78 discussão e decisão, caso a caso, com cada Reitor, para que as prioridades possam ser tratadas
79 com mais especificidade, já que foram assumidos compromissos formais, e assim sendo se faz
80 necessário honrá-los efetivamente. Ainda, comunicou sobre a colocação do Ministro do
81 Planejamento, Nelson Barbosa, sobre o Decreto que será assinado, provavelmente no mês de
82 abril, referente às vagas remanescentes de 2013 e 2014, as quais darão fôlego aos pactos
83 assinados no primeiro momento de 2012, significando quinze de dezoito cursos que foram
84 planejados e assinados com o Ministério, em diversos Câmpus. Esse Decreto autorizará em torno
85 de três mil vagas. A seguir, disse que nas próximas semanas haverá uma nova reunião em
86 Brasília, para a qual os Reitores já foram convocados e à medida que as situações forem sendo
87 colocadas, as notícias serão repassadas à comunidade. Ressaltou que houve muitos cortes no
88 Governo, tendo a liberação financeira de doze meses, para dezoito meses, considerando assim
89 uma redução de 33,33% no orçamento de muitos Ministérios, mas não para as Universidades,
90 sendo mantidos os 1/12, para evitar prejuízo às Instituições. Comunicou, ainda, que houve a
91 criação de uma frente parlamentar em defesa das Universidades Públicas, sendo que já foi feito o
92 registro na mesa do Congresso, e terá o objetivo de interagir com as Instituições de Ensino, de
93 maneira a levar seus pleitos de maneira mais efetiva ao Congresso Nacional, como, por exemplo,
94 fazer com que os cortes sejam menos drásticos na Educação. Dando continuidade à reunião, o
95 presidente passou à **ORDEM DO DIA. Processo nº 01/2015 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO**
96 **DE GESTÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – EXERCÍCIO 2014.**
97 **Relator: Heron Oliveira dos Santos Lima.** O presidente solicitou autorização para que alguns
98 membros da comissão que elaborou o Relatório pudessem entrar e apresentar o trabalho. Com a
99 autorização dos conselheiros, entraram na sala: Paulo Roberto Ienzura Adriano, Rosane Beatriz
100 Zanetti Putz, José Marcos Marcassi Rodrigues e Thasiana Maria Kukolj da Luz. O presidente
101 agradeceu o trabalho da equipe, passando a palavra a Paulo Roberto Ienzura Adriano, que
102 apresentou o Relatório, frisando que o documento já havia passado pela aprovação do Conselho
103 de Planejamento e Administração – COPLAD. Em seguida, o conselheiro Heron Oliveira dos
104 Santos Lima fez a leitura do relato, após o qual o presidente passou a palavra aos conselheiros. O
105 conselheiro Wesley Trevisan Amâncio, em relação aos Indicadores Gerenciais de Recursos
106 Humanos, apontou os dados apresentados no Relatório de Gestão e nos Indicadores do ano de
107 2014, que mostra a manutenção dessa Universidade nos piores índices entre as Instituições
108 Federais de Ensino Superior (IFES) em relação a “aluno tempo integral / funcionários
109 equivalentes” e “funcionário equivalente / professores equivalentes”, solicitando que haja medidas
110 urgentes, por parte da administração, para a contratação de novos técnico-administrativos em
111 educação - TAEs. Ainda, em relação aos Indicadores Gerenciais dos Recursos Humanos, o
112 conselheiro mostrou-se preocupado com o fato de o número de TAEs, apesar de ser
113 quantitativamente menor que os docentes, terem despontado nos pedidos de exoneração e
114 vacância por posse em cargo inacumulável, destacando os de nível D, como apresentado no

115 Relatório. Então, o conselheiro pontuou, dizendo que muitas vacâncias e exonerações poderiam
116 ser evitadas, se uma política de valorização da categoria fosse efetivada, como a abertura de
117 possibilidades de ocupar cargos e funções de direção de área por critério de competência, ter
118 maior segurança para afastamento, a fim de se qualificar em programas de Mestrado e Doutorado,
119 entre outras. Assim, agregaria a permanência desses servidores e evitaria uma rotatividade tão
120 grande. Em seguida, mencionou os itens “13.1.3.2. Capacitação e Desenvolvimento” e 13.1.7.7.
121 Qualificação de Pessoal” do Relatório, e solicitou ao relator que os dados fossem discriminados,
122 apresentando quantitativamente e individualizados os números de docentes e de TAEs que
123 estavam cursando e / ou concluíram programas de Mestrado e Doutorado e, desses, quantos se
124 afastaram integralmente para sua realização em 2014, já que os dados se referem a números
125 totais de servidores. O relator sugeriu que essa alteração deveria ser feita no próximo Relatório,
126 pois esse já havia sido aprovado no COPLAD. O membro da Comissão, Paulo Roberto Lenzura
127 Adriano disse que, em sendo possível, será feita a alteração nesse Relatório, caso contrário, o
128 documento será alterado no próximo ano. A conselheira Elsa Moreira sugeriu que os dados
129 constassem no Relatório compacto, o que foi aceito. O conselheiro Rogério Eduardo Cunha de
130 Oliveira fez uma observação, na página 384 do Relatório, Item 13.1.5.3.4.4 Projeto Matemática
131 EAD, sugerindo que fosse acrescentado, no relato, uma observação, pois houve uma duplicação
132 do Câmpus Apucarana e omissão do Câmpus Medianeira, onde houve a adesão. O relator acatou.
133 Em seguida, o conselheiro Vilson Luiz Dalle Mole pediu que fossem conferidos os dados do curso
134 de Química, do Câmpus Pato Branco, no documento TSG 2013”, que apresenta 91 ingressantes e
135 90 alunos diplomados em 2013. Também, solicitou esclarecimentos na página nove do relato,
136 tabelas 4 e 5, em “Alunos Matriculados”, pois a primeira apresentava um total de 23.621 e a
137 segunda, 26.851. O membro da Comissão, Paulo Roberto Lenzura Adriano, esclareceu que a
138 contagem se dá com a soma dos alunos matriculados no primeiro semestre mais os ingressantes
139 no segundo, e para a apresentação ao Ministério da Educação – MEC, o total é o apresentado na
140 tabela 5, de 26.851 alunos matriculados nos cursos ofertados pela UTFPR. O conselheiro Vilson
141 Luiz Dalle Mole continuou sua fala, ressaltando que houve um aumento significativo de
142 aproximadamente 50% em gastos com diárias e passagens e comparou quantitativamente com
143 outras despesas, pedindo que sejam encontradas maneiras de gestão que não impliquem gastos
144 tão altos com isso. O presidente esclareceu que todas as Universidades *multicampi* possuem essa
145 dificuldade, mas que estão sendo estudados novos mecanismos tecnológicos para essa redução,
146 como reuniões por videoconferências. O conselheiro Cezar Augusto Romano mencionou que os
147 Indicadores de Gestão precisam ser monitorados ao longo dos anos, vinculando-os aos objetos do
148 Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Também solicitou auxílio da Tecnologia da
149 Informação – TI para que fosse feito algo que tornasse mais claro os elementos de percurso dos
150 alunos que entram e saem da Universidade, possibilitando acompanhar o indivíduo em si. Para
151 finalizar, pediu que, nas reuniões de Direção-Geral, reflita-se sobre a criação de políticas de
152 incremento de geração de recurso próprio para utilização pela Universidade, pois há uma grande
153 dependência, nos dias atuais, de recursos externos. O conselheiro Carlos Henrique Mariano
154 sugeriu ao relator a inclusão nas tabelas, páginas 372 a 378, da lista de atividades dos
155 Departamentos de Educação - DEPEDs Câmpus Dois Vizinhos e Guarapuava, não mencionados
156 no Relatório de Gestão. O presidente esclareceu que, em não havendo impedimento pela
157 Comissão, será feita essa inclusão, caso contrário, ficará para o próximo ano. Em seguida,
158 colocou o relato, com as alterações, em votação, o qual foi aprovado por trinta sete conselheiros, e
159 uma abstenção (um conselheiro havia se ausentado). Então, os membros da Comissão se
160 retiraram da reunião. **Processo nº 02/2015 – PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA**
161 **INTERNA (PAINT) DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – ANO DE**
162 **2015. Relator: Elsa Moreira.** Após a leitura do relato, o presidente passou a palavra aos
163 conselheiros. O conselheiro Vilson Luiz Dalle Mole questionou, no item 6.5.1 do PAINT, Escopo do
164 Trabalho, como seria feita a amostragem dos dez por cento dos projetos realizados com a
165 Fundação. A relatora respondeu que todos os recursos que são da Universidade, no caso, que a
166 Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico –
167 FUNTEF-PR está gerindo, são analisados pela auditoria interna. Já os recursos de outras fontes,
168 que não do Tesouro Nacional, programa de Governo, não são avaliados pela auditoria interna,
169 assim como os cursos de Especialização, e por isso o percentual de dez por cento. O Conselho
170 convidou o Auditor Sadi Daronch para auxiliar nos esclarecimentos. O Auditor respondeu que,
171 para esse ano de 2015, há uma ação com a FUNTEF-PR, na qual os cursos de Especialização
172 serão auditados por amostragens de dez por cento, devido ao pequeno número de servidores no
173 setor. Disse também que os cursos de curta duração, como a Especialização, o Centro Acadêmico
174 de Línguas Estrangeiras Modernas – CALEM e o Centro de Atividades Físicas – CAFIS são
175 geridos com receitas públicas, ou seja, verbas públicas, mesmo sendo da Fundação, da qual a

176 Auditoria tem acesso às informações. Mencionou o item 6.5.1, Instrumentos Firmados com a
177 Fundação de Apoio, e disse aos conselheiros que no site da FUNTEF-PR poderia ser visto que
178 todos os cursos abertos, a partir de primeiro de janeiro de 2012 até hoje, tendo todas as receitas e
179 despesas expostas no local, inclusive o nome do beneficiário, entre outros. Disse que tem muito a
180 ser melhorado, mas que estão caminhando para isso. O conselheiro Vilson Luiz Dalle Mole
181 comentou que, futuramente, se terá uma auditoria dentro do esperado, e sugeriu que a
182 amostragem mencionada seja cega, ou seja, sem definir o Curso para amostragem. Em seguida,
183 solicitou que seja revisado o termo FUNCEFET, na página 34 do processo, referente ao Relatório
184 de Auditoria, para ser adequado a FUNTEF-PR. Ainda, no mesmo arquivo, quadro 3 – Evolução
185 UTFPR x Evolução AUDIN, em Discentes, disse que o número apresentado de 32.318 estaria em
186 descompasso com o Relatório de Gestão, que mostrou um número de 26.851 alunos. A
187 conselheira Elsa Moreira lembrou que, na época em que foi feito o documento, não havia esse
188 Relatório pronto e, por isso, não haveria problema em atualizar esses dados numéricos. Ainda,
189 para esclarecimento ao conselheiro Vilson Dalle Molle, disse que, para a análise dos dez por
190 cento, serão utilizados os critérios da Materialidade, Relevância e Criticidade. O conselheiro Gilson
191 Leandro Queluz sugeriu que fosse incorporada ao relato uma recomendação feita pelo Relatório
192 da Controladoria Geral da União – CGU, a qual faz referência ao aumento do número de
193 servidores envolvidos na AUDIN. O conselheiro recomendou que isso pudesse ser trabalhado ao
194 longo dos anos. A relatora lembrou que, no último parágrafo de seu relato, mencionou que a
195 Auditoria carece de aprovação de seu Regimento Interno por este órgão colegiado, bem como ter
196 o quantitativo de servidores ampliado. Complementou que fez essa sugestão, mas que não entrou
197 no mérito do corpo técnico, pois ainda haveria a aprovação e debate do Regimento Interno da
198 Auditoria Interna, lembrando também que, por existir uma recomendação da CGU, não seria
199 necessário mencionar no relato. Não havendo mais inscritos, o presidente colocou o parecer do
200 relator em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Além disso, o presidente solicitou
201 autorização aos conselheiros para prorrogar a reunião, o que foi concedido. **Processo nº 03/2015**
202 **– PROPOSTA REGIMENTO INTERNO DA AUDITORIA INTERNA – AUDIN DA UNIVERSIDADE**
203 **TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Relator: Antônio Gonçalves de Oliveira.** Após a
204 leitura do relato, o presidente passou a palavra aos conselheiros. O Auditor Sadi Daronchi foi
205 novamente convidado para auxiliar nos esclarecimentos aos conselheiros. O conselheiro Rogério
206 Eduardo Cunha de Oliveira apontou a Seção II, Do Chefe da Unidade de Auditoria Interna, Art.
207 16º, parágrafo primeiro, e dirigiu-se ao relator, que fez suas sugestões de alterações, sugerindo
208 que se mantenha o texto original, não se reportando ao Corpo Técnico nesse artigo, visto que a
209 Sessão se refere apenas à Chefia. Ressaltou, ainda, que o Art. 23 já assegura os direitos ao
210 Corpo Técnico. O relator acatou. O conselheiro Vilson Luiz Dalle Mole fez referência ao Art. 11 e
211 sugeriu que houvesse dois parágrafos, sendo que, em um deles, fosse mencionado que “a
212 nomeação venha acompanhada de um memorial descritivo”. O relator acatou. O conselheiro
213 Sandrone Fochesatto complementou que há a Portaria nº 915, de 29 de abril de 2014, do
214 Ministro Chefe da CGU, que disciplina essa questão da nomeação do chefe da Auditoria Interna,
215 tanto quanto como se dá o rito, como quais as exigências necessárias para isso. Então, propôs
216 que se mantenha, no Art. 10, a supressão sugerida pelo relator, e se exclua a inclusão do texto
217 proposto “preferencialmente oriundo de cargo de auditor, ou com formação superior em Economia,
218 Direito ou Ciências Contábeis”, apresentando-se da forma a seguir: “A função de Chefe da
219 Auditoria Interna será exercida por profissional qualificado, entre os servidores da UTFPR,
220 observada a legislação vigente”. O conselheiro explica que a referida Portaria cita o rito, ou seja, a
221 indicação deve ser submetida à CGU, pelo Dirigente máximo da entidade, após aprovada pelo
222 Conselho de Administração ou órgão equivalente, neste caso, no Conselho Universitário, devendo
223 ser acompanhada de uma declaração preenchida, assinada e do Curriculum Vitae, no qual
224 deverão constar, além da formação acadêmica, os cargos e empregos ocupados na Administração
225 Pública, áreas de atuação, tempo de permanência, entre outros. Essa Portaria ainda menciona
226 que o responsável pela Auditoria Interna deve mostrar a comprovação de experiência de, no
227 mínimo, dois anos de atividade em auditoria, preferencialmente em Finanças Públicas ou
228 Contabilidade Pública. Então, embora o relator coloque que o cargo de auditor tenha aquelas
229 formações, a Portaria do responsável pela auditoria interna não faz essa exigência. Assim, o
230 conselheiro Sandrone Fochesatto sugeriu que o Art. 10 seja submetido à legislação vigente, no
231 caso a Portaria em questão, e que se retire o termo “preferencialmente oriundo de cargo de
232 auditor”. O relator explanou que, na sua proposição, já há a menção de “observada a legislação
233 vigente”, e o “preferencialmente oriundo de cargo de auditor” estaria em atendimento à simetria da
234 Lei nº 11.091/2015, de 12 de janeiro de 2005, mantendo assim sua posição. A conselheira Elsa
235 defendeu a importância do termo preferencialmente nesse contexto, visto que o cargo de chefia da
236 auditoria é uma carreira muito específica e exige conhecimentos técnicos, sendo necessário estar

237 sempre atualizado com a legislação e com as técnicas de auditoria. O presidente questionou como
238 tem sido preenchido o cargo de auditor nas Universidades. O Auditor Sadi Daronchi respondeu
239 que não há muitas vagas de auditor ofertadas pelo MEC, então, o que tem ocorrido é a conversão
240 de cargos administrativos em cargos de auditores. Em seguida, retomou-se a proposta do
241 conselheiro Sandrone Fochesatto de retirar do relato o termo “preferencialmente oriundo de
242 cargo de auditor”, momento no qual o presidente colocou em votação, frente à proposta do relator
243 que se manteve com vinte votos, em detrimento de quinze votos favoráveis ao conselheiro
244 Sandrone Fochessatto. Continuando as falas, o conselheiro Vilson Luiz Dalle Mole mencionou o
245 Art. 16, VIII, da proposta de Regimento, “Emitir relatórios periódicos sobre os trabalhos de
246 auditoria e endereçá-los ao Conselho Universitário, à Reitoria e à Controladoria-Geral da União”, e
247 comparou com o relato, que sugeria: “Emitir relatórios periódicos sobre os trabalhos de auditoria e,
248 sempre que demandado, endereçá-los ao Conselho Universitário”. Defendeu que o “sempre que
249 demandado” desobrigaria o encaminhamento ao Conselho e sugeriu a retirada desses termos
250 adicionados. O presidente interveio dizendo que qualquer conselheiro poderia solicitar a demanda
251 seja qual for momento e, também, há uma periodicidade no encaminhamento. O conselheiro
252 compreendeu e seguiu com suas sugestões. No Art. 22º, continuou e recomendou a adição de um
253 parágrafo único mencionando que, caso haja representação por parte da auditoria, o presidente
254 receberá e comunicará ao Conselho na reunião subsequente ao ocorrido. O presidente disse que
255 todas as questões de grau de importância significativas serão trazidas por qualquer presidente do
256 Conselho e que não seria necessária essa colocação no Regimento. O conselheiro aceitou. Para
257 finalizar, o conselheiro Antônio Gonçalves de Oliveira sugeriu, no Art. 20, em seu relato, a inclusão
258 dos termos “oriundos do cargo de auditor” no texto passando a ler-se: “Os servidores lotados na
259 Unidade de Auditoria Interna, pertencentes ao Corpo Técnico, oriundos do cargo de auditor,
260 exceto se remanejados para ocupar a função de chefia, por incompatibilidade, não poderão ser
261 designados para”. Sendo acatado, o presidente colocou em votação o parecer do relator, com as
262 alterações encaminhadas, o qual foi aprovado por unanimidade. **Processo nº 04/2015 –**
263 **PROPOSTA DE POLÍTICA EDITORIAL DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS (PERI) DA**
264 **UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Relator: Paulo André de Camargo**
265 **Beltrão.** Após a leitura do relato, o presidente passou a palavra aos conselheiros. Em discussão, o
266 do conselheiro Marcio Roberto Ghizzo, que havia deixado a reunião, de acrescentar no item 2,
267 letra e, além de um editor, também, um editor auxiliar, e um editor técnico. O relator ficou de
268 verificar com a Comissão que elaborou a proposta a possibilidade dessa inclusão. Não havendo
269 mais colocações e sugestões, o presidente colocou em votação o parecer do relator, com as
270 alterações encaminhadas, o qual foi aprovado por trinta e cinco conselheiros e uma abstenção.
271 conselheiro Luiz Alberto Pilatti mencionou que esse Regulamento, em essência, diz que, a partir
272 do momento que há um padrão mínimo estabelecendo o procedimento editorial, esse será aceito
273 como critério de inclusão. Então, dirigiu-se ao relator dizendo que essa Política relata como criar e
274 como permanecer, mas não faz referência aos Editoriais que já existem. Sugeriu, então, a adição,
275 de um item 3.2, “Inserção de Periódicos Correntes da UTFPR” com o seguinte texto: “Os
276 periódicos existentes serão alocados no PERI atendendo umas das seguintes condições: a) estar
277 inserido no sistema Qualis B5 ou superior; b) por cumprir integralmente as normas estabelecidas
278 para a criação de novos periódicos; ou c) por indicação da Comissão Gestora do PERI,
279 considerando o mérito do periódico a ser inserido”. Com essa inclusão, seria necessário alocar o
280 item atual 3.2, que passaria a ser 3.3, e assim sucessivamente. O relator acatou. O conselheiro
281 Gilson Leandro Queluz afirmou que não vê na Política nenhuma proposta em relação à
282 qualificação de forma continuada das equipes de editoração prática, que estão sempre mudando.
283 Também, mencionou que não havia nenhuma menção de apoio financeiro e material, para as
284 revistas se consolidarem. O conselheiro Luiz Alberto Pilatti disse que esse suporte estaria previsto
285 e seria dado pelo Comitê Gestor. O presidente esclareceu que a questão da capacitação seria
286 mais simples, mas a financeira seria mais complexa, e pediu cautela. Decidiu-se então, que a
287 proposta seria encaminhada ao relator, que irá verificar como colocar o detalhamento desse apoio,
288 caso julgue pertinente. Seguindo, o conselheiro Gilson Leandro Queluz propôs a inclusão da
289 língua espanhola no texto do item 4.9, Normatização, letra e. O relator acatou. Ainda, solicitou a
290 verificação do item 4.9, se seria necessária a apresentação dos itens “a” a “f”, visto que no título já
291 há a menção de utilização do padrão Scielo Brasil. Sugeriu também, no item 5.1, Gestão Editorial,
292 letra f, a inclusão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no
293 texto “de acordo com a classificação do CNPq ou da CAPES”, pois a primeira não possui a área
294 interdisciplinar. O relator disse que iria verificar essa possibilidade junto à Comissão. O
295 conselheiro Paulo André de Camargo Beltrão mencionou uma sugestão **COMUNICAÇÕES DOS**
296 **CONSELHEIROS:** O conselheiro Wesley Trevisan Amâncio comentou sobre a baixa
297 representatividade dos TAEs nos Conselhos Deliberativos Especializados, e propôs que seja

298 revisto o quantitativo de vagas na revisão dos Documentos Institucionais. O conselheiro Luiz
299 Alberto Pilatti esclareceu que essa baixa representatividade seria devido à Legislação. Para
300 finalizar, o conselheiro Wesley Trevisan Amâncio lamentou a conduta adotada por alguns
301 integrantes da gestão no processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Deliberativo
302 Especializado, dizendo que grande parte da comunidade acadêmica pôde ter conhecimento da
303 prática de “listinha” com a “sugestão de nomes” de candidatos para as vagas. Disse lamentar e
304 que, diante desses fatos, a população estaria tomando as ruas nos últimos anos, dentre outras
305 questões, contra essas práticas. Disse que a democracia necessita de espontaneidade de
306 representação, igualdade de condições e tratamento entre os representantes e liberdade de
307 escolha, pois somente com esses princípios a sociedade buscará o seu constante
308 aperfeiçoamento e desenvolvimento. A conselheira Katya Cristina de Lima Picanço saudou os
309 conselheiros eleitos, na eleição mencionada, e levantou duas preocupações. Disse da
310 necessidade de revisão nos Documentos Institucionais referentes à representatividade de área.
311 Também, ressaltou a questão da mudança da cultura política, apoiando o conselheiro Wesley
312 Trevisan Amâncio. O outro apontamento foi sobre a questão das Métricas, que já estaria
313 ocorrendo nos Câmpus, sugerindo que, após a composição do documento final, as questões
314 voltem futuramente aos Câmpus, para serem debatidas novamente, visto a proporção de sua
315 importância. O conselheiro Luiz Alberto Pilatti comunicou que a Comissão das Métricas, da qual é
316 presidente, já fez audiências em dez Câmpus, tendo um imenso retorno. Complementou que ainda
317 não passaram por Ponta Grossa e, por isso, o grupo desse Câmpus possivelmente não teria
318 conhecimento da metodologia. Esclareceu que a proposta apresentada nos Câmpus foi o
319 seguinte: após as audiências, abrir-se para sugestões, tendo-se o compromisso de divulgação
320 pública, passando por trinta dias de consulta pública para que as sugestões sejam colhidas, para
321 então se dar o encaminhamento. A conselheira Nanci Stancki da Luz comunicou que na data atual
322 foi encerrado o mês da mulher, no Câmpus Curitiba, agradecendo à Universidade pela
323 oportunidade de discutir vários temas, como o sexismo, homofobia, racismo e a discussão dos
324 problemas enfrentados pelas mulheres negras, sendo assim um mês de muita reflexão. Disse que
325 essas atividades devem prosseguir, e mostrou-se disponível para auxiliar outros Câmpus que
326 desejam promover esse tipo de evento. Não havendo mais nada a tratar, o presidente encerrou a
327 reunião, desejando uma boa viagem de retorno aos Câmpus para aqueles que fossem realizar o
328 deslocamento, dando, em seguida por encerrada a reunião da qual, eu, Cleonice Mendonça
329 Pirolla, secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim, pelo presidente e pelos
330 conselheiros presentes.

331 **Titulares:**

332 Antonio Augusto de Paula Xavier

333

334 Antonio Carlos Mazzetti

335

336 Antonio Gonçalves de Oliveira

337

338 Carlos Alberto Mucelin

339

340 Carlos Henrique Mariano

341

342 Cesar Augusto Tacla

343

344 Cezar Augusto Romano

345

346 Devanil Antonio Francisco

347

348	Elsa Moreira
349
350	Fabio Kurt Schneider
351
352	Fernando César Manosso
353
354	Gilberto Cruz Rautt Junior
355
356	Gilson Leandro Queluz
357
358	Heron Oliveira dos Santos Lima
359
360	Humberto Remigio Gamba
361
362	Jeferson Ferreira de Deus
363
364	José Ailton Azevedo dos Santos
365
366	José Carlos Gabardo
367
368	Katya Cristina de Lima Picanço
369
370	Luiz Alberto Vieira Sarmento
371
372	Luiz Alberto Pilatti
373
374	Marcio Roberto Ghizzo
375
376	Mauricio Alves Mendes
377
378	Nanci Stancki da Luz
379
380	Neri Santos de Vargas
381
382	Paulo André de Camargo Beltrão
383
384	Paulo Cesar Paulino

385
386	Rafael Cardoso
387
388	Rogério Eduardo Cunha de Oliveira
389
390	Sandroney Fochesatto
391
392	Vilson Luiz Dalle Mole
393
394	Weslei Trevisan Amâncio
395
396	Suplentes:
397	Augusto Tanamati
398
399	Fabiano Scriptore de Carvalho
400
401	Gustavo Lacerda Dias
402
403	Marcos Massaki Imamura
404
405	Valter Oshiro Vilela
406
407	Vitor Hugo Zanolo Queiroga
408
409	Walter Luis Mikos
410
411	Presidente do Conselho Universitário
412	Carlos Eduardo Cantarelli
413
414	Secretária do Conselho Universitário
415	Cleonice Mendonça Pirolla
416